

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 2.268/01/CE
Recurso de Ofício: 40.110103096-32
Recorrente: 1ª Câmara de Julgamento
Recorrida: Expresso Wilson Ltda
Advogado: Jésus Natalício de Souza/outro
PTA/AI: 01.000113894-92
Inscrição Estadual: 112.434171.0007 (Autuada)
Origem: AF/Divinópolis
Rito: Sumário

EMENTA

Prestação de Serviço de Transporte Rodoviário de Cargas - CTRC - Falta de Destaque do ICMS - Mercadoria Destinada à Exportação. Não obstante a destinação da mercadoria (exportação), configurou-se nos autos tratar-se de prestação de serviço de transporte interestadual, iniciando-se em Minas Gerais e encerrando-se em outra unidade da Federação, constituindo-se, assim, em prestação de serviço desvinculada do transporte internacional. Recurso de Ofício conhecido e provido, restabelecendo-se as exigências fiscais. Decisão pelo voto de qualidade.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre exigências de ICMS e Multa de Revalidação pela falta de destaque do imposto em conhecimentos de transportes, ao entendimento de não se tratar de prestação de serviço de transporte internacional de carga e sim de transporte interestadual entre os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A decisão consubstanciada no Acórdão n.º 13.906/99/1ª, pelo voto de qualidade, excluiu integralmente as exigências fiscais de ICMS e MR (50%), no valor de R\$ 3.775,12.

DECISÃO

Superada, de plano, a condição de admissibilidade capitulada no art. 139 da CLTA/MG, revela-se cabível o reexame da decisão, de ofício.

A Autuada alega em sua defesa que toda a mercadoria se destinou à exportação e, de acordo com a Lei Complementar n.º 87/96 - art. 32, inciso I, não ocorre a incidência do imposto em tais prestações.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Reclama, ainda, do crédito presumido de 20% (vinte por cento), não concedido pelo Fisco.

Ocorre, no entanto, que a LC 87/96 não alterou o tratamento tributário anteriormente dispensado à prestação de serviço de transporte vinculado à exportação de mercadorias.

Desta forma, o ICMS continuou incidindo sobre as prestações de serviço de transportes iniciadas no Estado e encerradas em território nacional, ainda que as mercadorias se destinem à exportação, até 30.08.98, quando passaram, então, a se realizar amparadas pela não tributação, nos termos da redação dada pelo Decreto nº 39.836, de 24.08.98.

Por outro lado, vale destacar que, considera-se transporte internacional (sujeito a não incidência do ICMS), aquele realizado “porta a porta”, assim entendido o transporte que tenha início neste Estado e termine no exterior, sendo efetuado pela mesma empresa, no mesmo veículo, da origem ao destino, ou cujo transbordo, no percurso, tenha ocorrido para veículo próprio da contratada na origem, detentora de permissão de tráfego internacional, outorgada por autoridade federal competente. Ressalte-se, ainda, as definições contidas no artigo 222, incisos VI e VIII, do RICMS/96, sobre transporte intermodal, transbordo e veículo próprio.

Quanto ao crédito presumido, verifica-se, pelos documentos de fls. 11/12, que a apuração do Fisco levou em consideração o percentual relativo a tal crédito, ao compor o valor de ICMS com a equação “80% de 18%”.

Diante do exposto, ACORDA a Câmara Especial do CC/MG, pelo voto de qualidade, em dar provimento ao Recurso de Ofício. Vencidos os Conselheiros Sauro Henrique de Almeida (Revisor), Francisco Maurício Barbosa Simões e Windson Luiz da Silva que a ele negavam provimento. Participou do julgamento, além dos signatários e já citados, o Conselheiro Mauro Heleno Galvão. Sustentou oralmente pela Fazenda Estadual a Dra. Gleide Lara Meirelles Santana.

Sala das Sessões, 19/03/01.

José Luiz Ricardo
Presidente

Roberto Nogueira Lima
Relator

JP/